



**Paramos tudo
até derrubar o governo!**

GREVE GERAL



Luta contra a pobreza, o machismo e o racismo!



GREVE GERAL A 11 DE DEZEMBRO. PARA O “PACOTE LABORAL” E AS POLÍTICAS RACISTAS DO GOVERNO

No sábado 8 de novembro 100.000 pessoas enchemos a Avenida da Liberdade e artérias circundantes para travar a ofensiva do governo aos direitos laborais e sindicais. O “Pacote Laboral” do governo é o pior ataque aos direitos laborais e sindicais desde a Revolução Portuguesa, que nos levava de volta à precariedade e desproteção laboral do princípio do século passado. Foi uma grande manifestação cheia de combatividade, que demonstrou o desejo e força da classe trabalhadora organizada em lutar contra este governo do capital.

E esta demonstração de força, que reflete a enorme pressão de baixo que a burocracia sindical sofre após anos de paz social que só trouxeram retrocessos aos trabalhadores e encorajaram a patronal e a extrema-direita, culminou com o anúncio de uma convocatória de greve geral para 11 de dezembro por parte dos dirigentes sindicais da CGTP e da UGT.

A intensa campanha mediática por parte da burguesia, também difundida pela esquerda institucional e reformista, ao falar que toda a classe trabalhadora e a juventude se estão a radicalizar para a direita, só pretende desmoralizar-nos e ocultar a realidade. A convocatória desta greve geral é um acontecimento de enorme importância: depois de mais de uma década sem uma convocatória deste tipo, demonstra que a polarização também se manifesta pela esquerda e tem o potencial de mudar decisivamente a situação política com a entrada em ação da classe trabalhadora e da juventude precária e empobrecida. É nas greves, nas mobilizações massivas que demonstramos e reconhecemos a nossa verdadeira força.

No dia 11 de dezembro temos uma oportunidade histórica para desferir um duro golpe à direita e à extrema-direita, recuperar as ruas, travar os ataques e avançar para uma etapa de ofensiva na conquista de direitos

laborais, sociais e democráticos.

Os eixos da ofensiva reacionária do governo

Desde que tomou posse o governo da AD não perdeu tempo a agir como instrumento da ala mais reacionária da burguesia, pronta a cortar direitos laborais e democráticos para garantir o aumento das suas taxas de lucro. Agora com o apoio da maioria absoluta da direita e extrema-direita no parlamento, e perante o fiasco da esquerda reformista, o governo avançou nesta legislatura de uma forma muito mais decidida do que na anterior, expandindo os ataques contra os trabalhadores imigrantes a toda a classe trabalhadora. Têm-se sucedido de forma tão vertiginosa que não é possível incluí-los a todos neste editorial, mas podem ser agrupados em três grandes eixos.

O primeiro é a liquidação de direitos la-

borais e sindicais de todos os trabalhadores. A proposta “Trabalho XXI” (“Pacote Laboral”) mexe em 110 artigos do Código do Trabalho (e em nove diplomas complementares) e visa facilitar os despedimentos — incluindo sem justa causa! —, lay-offs e a desregulação dos horários de trabalho, aumentar os contratos precários e facilitar a caducidade dos contratos coletivos. Direitos relacionados com a parentalidade também são atacados, desde diminuir as horas de amamentação a obrigar pais a trabalhar aos fins-de-semana. A sindicalização e a propaganda sindical nos locais de trabalho é dificultada ou impedida. O próprio direito à greve é posto em causa, ao exigirem uma percentagem fixa de serviços mínimos — na prática boicotando as greves ao impedirem os trabalhadores de pararem o trabalho de forma unificada. Por detrás dos chavões neoliberais da “flexibilização”, “eficiência” e “desburocratização”, os patrões pretendem tornar os trabalhadores precários e atomizados, à mercê dos seus caprichos, contratando, despedindo e decidindo horários e dias de férias sem qualquer impedimento legal. Um retrocesso às condições laborais do início do século passado!

O segundo é a destruição ou privatização de serviços públicos e despedimentos de funcionários. O governo quer retirar quase mil milhões ao SNS em degradação no Orçamento de Estado 2026 e reorganizar o dinheiro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para reduzir em centenas de milhões de euros fundos das saúde, educação e transportes públicos. Avança com a privatização da TAP e tem na mira uma série de empresas públicas que escaparam à onda de privatizações do governo PSD-CDS de Passos Coelho, antecessor ideológico deste, e que por darem lucro ou por lhe fazerem concorrência, são muito apetecíveis aos privados. A própria Segurança Social está em perigo: são milhares de milhões de euros cobiçados por fundos de pensões e outros interesses privados para investimento e especulação, pondo em risco as pensões





TRAR TUDO PARA TRATAR O “PACOTE DO GOVERNO E DA EXTREMA-DIREITA!

e outros apoios sociais da população. O governo avançou com a “Reforma do Estado”, uma forma encapotada de despedimento de funcionários públicos e realocação de financiamento para instituições que interessam à burguesia, novamente a coberto de uma “maior eficiência”. As primeiras vítimas foram 18 organismos do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, entre estes a Fundação para a Ciência e Tecnologia, responsável pelo financiamento científico.

O terceiro, mais visível, é a radicalização dos ataques aos direitos dos trabalhadores imigrantes. A ideia fundamental é dificultar a atribuição da nacionalidade para manter sem direitos e encerralada em trabalhos com condições miseráveis esta importante camada da classe trabalhadora, quase 1,5 milhões de pessoas. Por isso o governo alterou a “Lei da Nacionalidade” para aumentar as exigências para se conseguir a nacionalidade, como aumento do tempo de residência necessário ou mais conhecimentos da língua e cultura. Há ainda um outro importante objetivo: dividir a classe trabalhadora em linhas nacionais e raciais e normalizar a ideia de que os baixos salários, os ataques aos direitos laborais e as crises da habitação, SNS, etc, se devem não à burguesia, mas aos imigrantes. Ataques sustentados por uma fortíssima campanha de propaganda especialmente direcionada à criminalização e desumanização dos trabalhadores imigrantes. A “percepção de insegurança” foi forçada pelos lacaios da burguesia na comunicação social sobre a população de um dos países mais seguros do mundo para avançar na destruição de direitos e no fortalecimento das forças repressivas do Estado. O governo rapidamente aprovou a construção de centros de detenção e passou rapidamente uma nova “Lei de estrangeiros” que cria uma polícia — UNEF, com perspectiva de chegar aos 1600 agentes — para os aterrorizar, deter e expulsar do país, tal como faz a ICE estado-unidense.

Para esta ofensiva o governo PSD-CDS conta com o total apoio do Chega. Os diri-

gentes do PSD-CDS que juraram a pés juntos durante anos nunca virem a ultrapassar a “linha vermelha” de governarem apoiados pelo Chega rapidamente deram o dito por não dito face aos últimos resultados eleitorais. Mas não é o caso de que tenham cedido ao ou adoptado o programa do Chega, como se queixa parte da esquerda. Este é o programa do PSD-CDS há décadas, simplesmente não tinha condições de o aplicar. Já o era no governo de Passos Coelho, em que pôde avançar nos ataques apoiado pelas instituições da burguesia europeia e internacional — indo inclusive mais longe do que pedia a Troika. Agora fá-lo apoiado pelo avanço da extrema-direita em Portugal e no Ocidente, em especial pelo seu líder Donald Trump, a quem copiou a papel químico o programa do segundo mandato.

Construir a greve geral e encher as ruas a 11 de dezembro!

Os ataques do governo têm-nos como alvo, trabalhadores já precarizados e empobrecidos, que nunca recuperámos dos ataques do governo de Passos Coelho e em larga medida mantidos por António Costa. Segundo dados da CGTP, 1.3 milhões de trabalhadores são precários e 1.9 milhões têm horários desregulados. Os baixos salários, a pior crise de habitação da OCDE e a inflação provocada pela concertação de preços do capital monopolista fazem com que sejamos umas das classes trabalhadoras mais pobres da Europa e onde a diferença entre o salário necessário para se ter uma vida digna (acima dos 1600€) e o salário mínimo (870€) é maior. 2 milhões de pessoas são pobres, muitas das quais mesmo trabalhando.

Caso as alterações do “Pacote Laboral” avancem, as condições degradantes em que já vivemos tornar-se-iam insuportavelmente piores. Nós trabalhadores sabemos disso, assim como sabemos que a magnitude dos ataques do Governo só pode ter uma resposta adequada: a organização a partir da base

e a greve geral mais contundente. Como se demonstrou a 8 de novembro, existe determinação para revertêr esta brutal agressão. Para o conseguir, é necessário organizar esta greve geral e uma grande manifestação nacional em Lisboa, utilizando os métodos adequados: desde as bases, através de comités de greve e plenários que juntem todos os trabalhadores de cada centro de trabalho para impulsionar a greve, onde se discuta e vote democraticamente, sem sectarismos entre sindicatos nem distinção de categorias profissionais, com propaganda massiva em todos os centros de trabalho e bairros, com piquetes para impedir a entrada de batedores e convencer outros trabalhadores a unir-se e evitar que os seus direitos sejam cercados pelos empregadores, que ameaçarão e tentarão reprimir-nos com dureza.

Derrotar o “Pacote Laboral” já seria uma importante conquista, mas não podemos deixar de combater também os ataques aos nossos irmãos e irmãs imigrantes. Um ataque a uma parte da classe trabalhadora é um ataque a toda a classe e estes trabalhadores têm um imenso potencial de luta devido à sua sobreexploração e condição de cidadãos de segunda. Tivemos um vislumbre da sua

força brutal no dia 17 de setembro com a manifestação de mais de 5.000 pessoas em frente à Assembleia da República. Incluir as suas pautas e chamar as organizações de imigrantes - assim como sindicatos independentes e outras organizações combativas - a integrar a construção da Greve Geral daria uma muito necessária força e entusiasmo à luta de toda a classe trabalhadora.

A burguesia e o governo temem a força da nossa classe, e é por isso a sua pressão para travar a Greve Geral é gigantesca. Mas não podemos ceder. Pelo contrário, a melhor garantia de conseguirmos derrotar os seus ataques está na mobilização mais massiva possível no dia 11 de dezembro e na construção de um plano de luta em crescendo para lá desse dia, com reivindicações que resolvam os problemas reais da população. Não apenas travar os ataques atuais, mas revertêr as reformas anteriores, conquistar aumentos salariais, nacionalizar sob controlo dos trabalhadores os sectores estratégicos, garantir serviços públicos de qualidade, acabar com as políticas militaristas e revertêr todas as medidas autoritárias e repressivas que têm sido impostas contra os direitos democráticos.



Apenas a luta de massas, nos locais de trabalho e nas ruas, pode demonstrar a verdadeira força da nossa classe e fazer recuar a reação. Foi o movimento internacional de massas pelo fim do genocídio do povo palestino que, com as suas manifestações multitudinárias e greves gerais que começaram a ameaçar a estabilidade dos governos cúmplices do genocídio, obrigou os estados genocidas dos Estados Unidos e de Israel a manobrar e apresentar um “plano de paz” falso para tentar desativar essa mobilização. Em Portugal, também tivemos enormes mobilizações, as marchas de 25 de abril, as manifestações do Orgulho LGBTI+ ou antifascistas e, especialmente, pela Palestina. Se a extrema-direita não se atreveu a sair às ruas durante meses, é porque foi expulsa por essas grandes e combativas mobilizações contra o genocídio sionista, especialmente nos dias posteriores ao sequestro dos membros da Flotilha Global Sumud, quando milhares de pessoas ocuparam e bloquearam as principais ruas de Lisboa e do Porto.

Um plano de luta que vá mais longe e que tome a greve geral de 11 de dezembro como um primeiro passo até conseguir reverter todos os ataques é o caminho para reverter

os ataques e retrocessos sociais e laborais e a tendência crescente da extrema-direita. Até esta convocatória, a ofensiva da direita e da extrema-direita não tinha encontrado oposição por parte de uma esquerda reformista em crise, que apostou tudo no cretinismo parlamentar, abandonando de facto a organização militante e a luta na rua.

Se quiserem desempenhar algum papel, as direções do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Comunista (PCP) têm agora uma nova oportunidade de se rectificarem. Precisam de confiar na classe trabalhadora, sair às ruas e organizar de forma unificada, democrática e não sectária o enorme potencial de mobilização que existe, apoiando e impulsionando o movimento e adoptando uma política que confronte de verdade os grandes poderes económicos e que não se contente com o mal menor. Têm de abandonar já as suas esperanças de que o PS lidere a oposição no Parlamento e chegam mesmo a formar coligações com ele, como fez o BE nas eleições autárquicas de Lisboa. A época histórica da social-democracia europeia terminou: com a crescente perda de posições do imperialismo europeu face aos grandes blocos imperialistas, as burguesias

europeias já não podem oferecer migalhas à classe trabalhadora. É tempo de uma luta de classes aberta. E os partidos reformistas que não se radicalizam à esquerda assinam o seu testamento político sob a aparência da social-democracia.

É preciso criar uma alternativa revolucionária!

Face à crise do capitalismo e do imperialismo ocidental, há uma tendência geral para os governos burgueses intensificarem os seus ataques e para a extrema-direita crescer. Mas isso, aliado ao genocídio do povo palestino, está alimentando uma polarização à esquerda internacionalmente. A classe trabalhadora mostrou em inúmeras ocasiões que tem vontade e força para enfrentar esse sistema bárbaro que é o capitalismo. O problema não é a nossa falta de consciência. O que precisamos é de erguer uma alternativa que se baseie no marxismo revolucionário, no programa do socialismo genuíno e nos métodos de luta dos trabalhadores. Esta é a tarefa em que nós na Esquerda Revolucionária estamos empolgados e convidamos todos a vir discutir e

construir a alternativa antifascista, de classe e socialista.

Lutamos por:

- Abaixo o “Pacote Laboral”! Acabar com os contratos precários, os bancos de horas, a caducidade dos contratos coletivos, etc. Aumentar o salário mínimo nacional e salários da função pública para valores dignos e reduzir a carga horária para 30 horas semanais.
- Abaixo a “Lei da Nacionalidade” e a “Lei de Estrangeiros”! Direitos iguais para imigrantes e suas famílias, e obtenção de nacionalidade se assim o desejarem. Extinção da AIM, UNEF e restante polícia.
- Fim imediato de todas as privatizações em curso e planeadas (TAP, RTP, etc). Renacionalização dos serviços públicos privatizados, contratando mais trabalhadores e respeitando os direitos laborais.
- Um SNS público, gratuito e de qualidade para todos; mais financiamento; contratação imediata de milhares de trabalhadores de saúde e nacionalização da saúde privada.
- Educação totalmente gratuita desde a creche à universidade e à formação profissional. Fim da precariedade na educação: entrada para os quadros de todos os profissionais. Nacionalização da escola privada.
- Resolver a crise da habitação: expropriação sem indemnizações de fundos imobiliários, grandes proprietários de imóveis para arrendamento e bancos. Criação de um sistema nacional de habitação pública com rendas sociais acessíveis. Impedir todas as demolições e despejos.
- Contra a violência machista, a justiça patriarcal e a discriminação queerfóbica/transfóbica. Trabalho igual, salário igual. Direito ao aborto livre e gratuito no SNS. Educação sexual nas escolas. Direitos plenos para a comunidade trans.
- Abaixo as guerras imperialistas e o militarismo! Fim da NATO e do plano de rearmamento da União Europeia! Nem um céntimo para o militarismo!
- Fim do genocídio do povo palestiniano. Corte de todos os vínculos de Portugal, de empresas e instituições portuguesas com o Estado genocida de Israel.
- Nacionalização sem indemnização das empresas estratégicas e de toda a banca de forma a garantir os recursos para a execução destas medidas e a colocar a gigantesca riqueza acumulada durante décadas pelos capitalistas ao serviço do bem-estar da esmagadora maioria da população.

**Lê o artigo completo
no nosso site** 

JUNTA-TE A NÓS!



CONTRA TODOS OS ATAQUES, A JUVENTUDE TEM DE CONTRA-ATACAR!

Miguel Askatasunera

Este ano letivo abre com o menor número de estudantes a entrar nas universidades portuguesas desde 2016. Em relação ao ano anterior, houve uma quebra de 16% nas candidaturas, caindo quase em 10 mil, e de 12% nas colocações, menos 6 mil do que em 2024. O número de vagas deixadas por ocupar duplicou, subindo para 11 mil.

É uma queda estrondosa de entradas, e que a comunicação social foi rápida a atribuir às alterações do regime de acesso, ou nos maus resultados dos exames. Aponta-se também para a queda demográfica e para a emigração, mas nenhuma destas consegue explicar uma queda abrupta como esta.

De facto, os únicos indicadores socioeconómicos que crescem de forma tão explosiva quanto decresce o acesso ao ensino superior são os do custo de vida, em particular entre a juventude. Os preços da habitação estão a aumentar a uma taxa média anual acima de 10%, e o custo de vida aumenta também a um ritmo galopante.

Nestas condições, em que sobreviver exige cada vez mais das nossas famílias, o ensino superior torna-se inacessível a cada vez mais jovens de classe trabalhadora. Os custos de vida, em particular os custos de habitação, simplesmente não o permitem.

Um Governo de Ataque à Juventude

O governo da AD, longe de oferecer soluções, exacerba os problemas. O descongelamento das propinas é um ataque à juventude, e à universalidade do ensino superior. Este não é apenas um aumento de 13 euros: é a continuação de um projeto, liderado pela direita, para privatizar o ensino superior e limitá-lo a uma elite cada vez mais reduzida.

O descongelamento sem limites à subida nas propinas de mestrado demonstra o propósito dessa política. Deixar os mestradinhos ainda mais inacessíveis aos jovens de classe trabalhadora é garantir que uma série de profissões (engenheiros, médicos, etc.) se mantém um monopólio dos filhos da burguesia, e também que a progressão na carreira lhes continue facilitada, enquanto que a juventude de classe trabalhadora fica condenada à estagnação, à precariedade, e ao desemprego.

É para esta camada de privilegiados que Montenegro governa. Os seus pacotes de medidas para a juventude, como o IRS Jovem e os apoios à compra de casa, beneficiam apenas uma fina camada de jovens para quem as poupanças nos impostos sejam relevantes, e que já ganhe o suficiente para satisfazer a taxa de esforço para comprar casa. Para a juventude de classe trabalhadora, tudo o que o governo tem para nos dar é cortes e degradação.

Nada podemos esperar deste governo senão mais ataques e mais feroz exploração. E nada deve este governo esperar de nós senão uma tão feroz resistência.

A única solução é a organização!

Para quem cresceu durante a crise de 2008, e a austeridade que se seguiu, vimos a vida a tornar-se pior e mais difícil, as nossas comunidades a desagregarem-se, os nossos orçamentos a limitarem-se, e as nossas perspetivas a turvarem-se, sem as coisas alguma vez voltarem a tornar-se melhor. Somos a primeira geração desde que há memória que vive pior do que a dos nossos pais.

A crise sentida pela nossa geração transcende fronteiras. Até a emigração deixa de

ser uma solução viável para os nossos problemas. Um pouco por todo o mundo, repetem-se os mesmos dilemas de que nos queixamos: a educação superior a ser desinvestida, privatizada e tornada inacessível, os custos de habitação e de vida a subirem a um ritmo que os salários simplesmente não têm como acompanhar. E isto vem acompanhado com uma dura perseguição e exploração aos trabalhadores imigrantes.

É uma crise sistemática, uma crise do modo de produção capitalista, que vê as suas contradições a ramificarem-se, e que, no seu desespero, não consegue senão atacar. E isso significa que, qualquer que seja o governo que esteja no poder, enquanto for um governo que não quebre com a lógica capitalista, será necessariamente um governo de cortes, de degradação e de ataques. Qualquer que seja o seu programa, nunca será capaz de nos apresentar soluções para os nossos problemas.

Se queremos soluções para os nossos problemas, teremos de ser nós a criá-las. Se queremos um futuro, teremos de o construir. Se queremos ter casas onde viver, escolas onde estudar, e salários dignos, temos de lutar por estes. E essa luta terá de ser feita nas ruas, coletivamente.

Nesse sentido, o esforço da campanha “Ninguém Fica Para Trás! Gratuidade Já!”, que une associações de estudantes e outras organizações estudantis contra os aumentos das propinas e a privatização do ensino, são valorosos, e têm de ser reforçados. A nossa unidade será uma arma poderíssima na luta contra esta exploração.

É verdade que, por todo o mundo, a juventude de classe trabalhadora tem sofrido ataques cada vez mais severos. Estamos na primeira linha da pilhagem capitalista ao Estado social. Mas isso significa também que

estamos na linha da frente da revolta contra esta exploração. Por todo o mundo, a juventude de classe trabalhadora tem liderado grandes levantamentos contra os regimes e contra a exploração capitalista.

Mas para que a revolta da juventude resulte em conquistas para o nosso futuro, não nos basta erguermos-nos esporadicamente: temos de nos organizar. Temos de construir direções capazes de levar a cabo o trabalho de luta todos os dias, de montar um programa que reflita as nossas ambições, e de ganhar a confiança de mais e mais jovens, para aumentar os nossos números nas mobilizações. Temos de construir a organização dos estudantes e o partido revolucionário.

Na Esquerda Revolucionária, organizamo-nos para construir essa organização. No Estado Espanhol, a nossa frente estudantil, o Sindicato de Estudantes, consegue liderar greves estudantis massivas, com centenas de milhares de estudantes contra a privatização do ensino, contra violência machista e racista, contra a degradação da qualidade de vida, e por todas as demais causas pelas quais a juventude de classe trabalhadora quer lutar. É uma força que faz tremer qualquer governo, e uma organização que multiplica a força dos nossos números.

Nós queremos construir uma força como essas em Portugal. Uma força que consiga liderar o movimento estudantil que, nos últimos anos, se provou uma das maiores forças de resistência em Portugal e que, organizado, se provará ainda mais poderoso e combativo.

Para construir tal força, junta-te a nós!





O PLANO DE TRUMP E NETANYAHU É UMA FARSA QUE LEGITIMA O GENOCÍDIO SIONISTA

Esquerda Revolucionária
Internacional

Trump e Netanyahu anunciaram exultantes que a primeira fase do seu plano de “paz” foi aceite pela liderança do Hamas. Mas, na realidade, não estamos perante nenhum plano de paz. Washington e Telavive colocaram em cima da mesa uma proposta que legaliza o genocídio e transforma Gaza numa colónia do sionismo e do imperialismo norte-americano. E agora, os patrocinadores deste massacre querem fazer-se passar, entre os aplausos cobardes dos governos capitalistas do mundo, como os campeões da paz.

O que está a acontecer é inominável. Os criminosos de guerra que martirizaram o povo palestiniano durante dois anos pretendem tornar-se heróis. É difícil imaginar um ato mais horrível. É como se Hitler e Mussolini tivessem sido aclamados pela comunidade internacional após cometerem o holocausto contra o povo judeu e pudessem receber o Prémio Nobel pelos seus atos. Parece um delírio, mas é o que está a acontecer.

Terminar o holocausto palestiniano

A 29 de setembro, Donald Trump e Netanyahu anunciaram 20 pontos infames para Gaza. Imediatamente, os mesmos meios de comunicação que durante dois anos negaram o genocídio apresentaram estas medidas criminosas como um «plano de paz». Mas basta ler o que foi acordado para entender que esta abominação, feita à medida para os sionistas e seus aliados imperialistas yankees, arrebata Gaza aos palestinianos, negando-lhes a mais ínfima sombra de justiça, e transforma-os em súbditos de Donald Trump e Netanyahu. Tudo isto com o reconhecimento e apoio da ONU e dos governos do mundo, a começar pelos regimes árabes corruptos e mesmo aqueles que criticaram o genocídio.

Depois de massacrar a população palestiniana, com mais de 680.000 assassinatos

(380.000 deles crianças), como reconheceu publicamente a 15 de setembro a relatora da ONU para a Palestina, Francesca Albanese, agora vem a maior perfídia: tirar ao povo palestiniano o seu direito à existência.

Caso houvesse dúvidas, Netanyahu deixou claro ao apresentar este diktat que «o exército israelita permanecerá na maior parte de Gaza e que nunca reconhecerá um Estado palestiniano», enquanto o ministro sionista Bezalel Smotrich, líder dos bandos de colonos fascistas, afirmava orgulhosamente: «O Estado palestiniano está a ser apagado do mapa, não com slogans, mas com actos. Cada colónia, cada bairro, cada unidade habitacional é mais um prego no caixão desta ideia perigosa (...). Isto é o sionismo na sua máxima expressão».

E tudo isto ao mesmo tempo que o Estado terrorista de Israel atacava a Global Sumud Flotilla e sequestrava centenas de ativistas.

Como assassinos e bandidos imperialistas que são, o que Trump e Netanyahu fizeram foi dividir o saque e usar o apoio ao seu «plano de paz» para eliminar os vestígios dos crimes cometidos e daqueles que pretendem continuar a cometer em Gaza, sob o seu jugo militar.

Trump estará ao comando das forças de ocupação e da chamada «Junta de Paz», dirigida por outro criminoso de guerra: o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair. O controlo dos recursos de gás e os planos para transformar uma Gaza devastada num resort de luxo ficarão nas mãos do presidente norte-americano, que se encarregará de distribuir concessões às suas próprias empresas e àquelas que ele mesmo decidir. As referências a um «governo tecnocrático formado por personalidades palestinianas e árabes» não passam de uma cortina de fumo para disfarçar a ocupação e o protetorado colonial.

Com este plano, o imperialismo norte-americano, sem capacidade para se impor no terreno económico e produtivo ao bloco imperialista liderado pela China, envia uma mensagem ao mundo. Não renunciará

às suas posições e interesses sem semear a máxima barbárie e recorrer às medidas colonialistas e imperialistas mais extremas.

A diplomacia norte-americana tem desenvolvido uma grande atividade nestes dias, com promessas de dinheiro vivo para conseguir o apoio dos governos árabes e muçulmanos.

Os Emirados Árabes Unidos e o Egito não hesitaram nem por um segundo em dar o seu apoio. A Turquia, a Arábia Saudita ou o Qatar, fundamentais pelo seu apoio e financiamento ao Hamas, também mostraram a sua disposição em aceitar e branquear medidas que especificam que os habitantes de Gaza que não aceitem a condição de súbditos do regime colonial poderão sair «livremente» para países vizinhos, ou seja, empurrados para uma diáspora forçada.

Sem a traição e a colaboração dos governos burgueses árabes e muçulmanos, os planos genocidas de Washington e Telavive nunca teriam avançado tanto. O mesmo se aplica à passividade cúmplice da China e da Rússia, que antepõem a manutenção das suas aspirações geopolíticas imperialistas e os lucros das suas empresas no Médio Oriente, incluindo Israel, a mover um dedo em apoio ao povo palestiniano.

O Hamas e a sua liderança não têm nada a ver com o socialismo

Muitos ativistas do movimento de libertação e da esquerda palestiniana, como não poderia deixar de ser, mostraram a sua rejeição a um plano que perpetua a ocupação sionista e norte-americana e a renúncia a uma Palestina livre. Mas os líderes do Hamas agiram de outra forma.

Num comunicado emitido logo após o conhecimento da «oferta» de Netanyahu e Trump, a direção do Hamas mostrou-se disposta «a entregar a administração da Faixa de Gaza a uma autoridade palestiniana independente (tecnocratas) baseada no consenso nacional palestiniano e respaldada pelo apoio árabe e islâmico».

A 9 de outubro, concretizaram a sua posição, aceitando assinar a primeira fase do plano sionista. Imediatamente, Trump mostrou-se exultante nas redes sociais e chegou mesmo a anunciar a possibilidade de viajar ao Egito para selar o acordo. Por sua vez, Benjamin Netanyahu declarou que a assinatura do Hamas é um «sucesso diplomático e nacional e uma vitória moral para o Estado de Israel», e convidará Trump para falar perante o Parlamento israelita.

Os meios de comunicação capitalistas vão encarregar-se de mostrar imagens de aplausos e boas-vindas ao plano de Trump de uma forma desenfreada, mesmo nos territórios ocupados. E, obviamente, para uma população que foi massacrada, qualquer coisa que signifique um alívio será recebida como algo melhor do que o martírio que estão a sofrer. Mas não nos devemos enganar. Isto será apenas algo muito temporário.

O que aconteceu nesta farsa de negociação, porque é uma completa farsa, se pensarmos seriamente, responde claramente aos setores da esquerda que idealizam uma organização integrista e burguesa como a única via de resistência palestina contra o ocupante sionista. Nós, comunistas revolucionários, sempre defendemos o direito do povo palestiniano à autodefesa armada, mas as armas estão sempre subordinadas a uma política determinada.

O objetivo do Hamas não é acabar com o capitalismo no Médio Oriente, nem derrubar os regimes burgueses árabes dos quais dependem financeira e politicamente. Por isso mesmo, nunca pretendem estender aos países do Médio Oriente o movimento de massas que eclodiu na Europa e nos EUA, porque isso poderia desencadear revoltas revolucionárias que colocariam em xeque a classe dominante da região.

Não questionam o tecido económico, social e político que golpeia os oprimidos do Médio Oriente. Ao contrário das lutas de libertação nacional no Vietname, em África ou na América Latina do século passado, onde as armas contra o imperialismo também vi-

savam o derrube do capitalismo, o Hamas não tem qualquer intenção de defender um programa deste tipo.

Uma política tão distante do comunismo e do socialismo, e tão próxima dos regimes burgueses, incluindo o governo teocrático e reacionário dos mulás no Irão, condicionou toda a estratégia do Hamas nestes anos: em vez da luta de classes, em vez de um combate revolucionário, apoiar os interesses diplomáticos e económicos dos seus mentores ideológicos e financeiros.

É fundamental distinguir entre uma política socialista e revolucionária para a causa palestiniana e o seguidismo acrítico em relação ao Hamas. Nós, comunistas internacionalistas, devemos diferenciar claramente entre o heroísmo de um povo que luta duramente contra o ocupante, e pelo qual pagou um preço altíssimo, e alguns líderes integristas que, devido ao fracasso da esquerda reformista palestina e à capitulação da OLP perante Washington, assumiram a liderança do movimento em Gaza. O heroísmo dos combatentes palestinianos que derramaram o seu sangue durante gerações, dos ativistas da Intifada, não é reconhecido nas posições políticas de uma liderança como a do Hamas.

Digam o que disserem os responsáveis

finais do Hamas e aqueles que justificarão os seus atos com o argumento batido de que «não se pode fazer mais», com base neste plano colonialista, a única coisa que Trump e Netanyahu negociarão são as condições da rendição, a submissão total do povo palestiniano.

A Palestina vencerá! Pela Federação Socialista do Médio Oriente!

Quando os Acordos de Oslo foram assinados em 1994, urdidos por Washington com o apoio entusiástico da liderança da OLP e de grande parte da esquerda reformista mundial, explicámos que eles se tornariam apenas uma ferramenta útil para reforçar o regime sionista nos territórios ocupados. A criação de um Estado palestino controlado e cercado pelas armas israelitas só provocaria mais sofrimento, opressão e morte.

Agora podemos afirmar o mesmo. Esta paz dos cemitérios que coroa o genocídio não resolverá o direito do povo palestiniano a ter o seu próprio Estado. Este objetivo será impossível de alcançar no quadro do domínio capitalista, imperialista e sionista do Médio Oriente.

O direito à autodeterminação do povo palestiniano só pode vir da mão da revolu-

ção socialista, do derrube do Estado terrorista sionista e de todos os regimes burgueses árabes, corruptos e vassalos de Washington, que sempre traíram a causa palestiniana e são fundamentais para que Israel avance na sua estratégia devastadora.

Que o povo palestiniano possa viver no seu próprio território não virá pela ação dos imperialistas e suas instituições, como a experiência histórica tem demonstrado, mas pela luta de classes, unindo os trabalhadores, jovens e oprimidos para conquistar uma Federação Socialista do Médio Oriente que estabeleça as bases para uma coexistência pacífica, onde todos os direitos democráticos dos povos e nações que a integram possam ser respeitados.

A rebelião de massas que vivemos nestas semanas colocou em xeque os governos capitalistas e expôs a sua cumplicidade com o genocídio. De facto, o plano de Trump e Netanyahu procura desesperadamente desativar a mobilização e acabar com ela, contando com a colaboração, mais uma vez, das instituições internacionais.

O movimento pró-palestiniano teve um impacto brutal na consciência de milhões de pessoas, apontando diretamente para a raiz do problema: a opressão capitalista e imperialista e a ameaça letal do sionismo como

vanguarda das forças de extrema-direita.

Por isso, mais do que nunca, é preciso continuar com a mobilização e denunciar este plano urdido pelo sionismo e seus aliados. Tem de ficar muito claro que, com a proposta de Trump e Netanyahu, não há qualquer garantia de que o genocídio cesse, de que as forças de ocupação israelitas se retirem de Gaza, de que a Cisjordânia não seja anexada ou de que centenas de milhares de palestinianos não sejam finalmente expulsos do seu território.

Não nos deixaremos enganar. É necessário encher as ruas para denunciar este plano falso, mostrar a nossa total solidariedade com a libertação da Palestina e obrigar o Governo a romper todas as relações com Israel.

Desde o rio até ao mar, a Palestina vencerá!

Abaixo a paz podre sionista!





A UNIÃO EUROPEIA AJOELHA-SE PERANTE TRUMP

Antonio García Sinde e Juan Ignacio Ramos - Comissão Executiva da Izquierda Revolucionaria

O verão de 2025 será lembrado como o momento em que a União Europeia renunciou a qualquer aparência de soberania, uma ficção que a burguesia do continente tentou manter durante muito tempo, e curvou-se definitivamente às exigências económicas, políticas e militares de Donald Trump.

A vassalagem aos amos de Washington tem sido especialmente vergonhosa desde o início da guerra imperialista na Ucrânia, mas sem dúvida alcançou o maior nível de infâmia com esta submissão desprezível à ofensiva genocida de Trump e Netanyahu contra o povo palestiniano. Este “jardim da democracia”, como batizou o inefável Borrell a Europa capitalista, tresanda. E o fedor é ainda mais repugnante nesta fase histórica atravessada por uma decadência industrial agonizante e a insignificância nas relações internacionais.

A UE, um fantoche nas mãos do imperialismo estado-unidense

Fiel ao seu estilo, Trump não perdeu a oportunidade de encenar a humilhação europeia perante todo o mundo. A cimeira de 27 de julho que selou o acordo comercial entre os Estados Unidos e a UE realizou-se num campo de golfe de sua propriedade situado na Escócia. Ali, num intervalo entre partidas de golfe, teve a gentileza de dedicar uma hora para que Ursula von der Leyen aceitasse incondicionalmente as tarifas draconianas que o governo estado-unidense impôs às exportações europeias. Falaremos disto mais adiante.

E se isto fosse pouco, apenas duas semanas depois, os líderes europeus que acom-

panharam Zelensky a Washington para saber o que o presidente estado-unidense tinha combinado com Putin na cimeira do Alasca foram dispostos à volta da imponente mesa de Trump no Salão Oval como se de parentes pobres se tratasse. A imagem dos primeiros-ministros britânico e alemão, do lacaio holandês que dirige a NATO e da líder da Comissão Europeia amontoados em volta de umas mesinhas ridículas diz tudo.

A abundante retórica sobre o papel de “potência mundial de primeira ordem” da UE dissipou-se finalmente nestas duas reuniões, ainda que a realidade da dependência da Europa frente aos EUA não seja nenhuma novidade. Esta tem as suas raízes nos anos da Guerra Fria com a extinta URSS, e alcançou o seu nível máximo com a aceitação incondicional por parte da UE da política militarista dos EUA na Ucrânia e do plano de sanções à Rússia, que mergulhou a Alemanha — o motor económico da UE — numa crise de dimensões históricas.

A desvantagem dos EUA frente à China na luta pela hegemonia mundial

O contexto que explica a ofensiva de Trump contra a UE — os aliados fiéis e tradicionais de Washington — encontra-se nas transformações que resultam da batalha que há uma década os EUA travam para contrariar a ascensão da China como potência capitalista em ascenção.

Durante o seu primeiro mandato, a pedido dos centros do poder militar e financeiro estado-unidenses, Trump aprovou um pacote pioneiro de medidas destinadas a impedir a expansão económica internacional da China, uma política que Biden continuou e endureceu. Embora esta estratégia tenha resultado num fracasso retumbante face à força chinesa e provocado inclusive sérios danos à economia estado-unidense, Trump inaugurou o seu segundo mandato anunciando

uma nova ofensiva contra o país asiático e os seus aliados.

Esta segunda versão da campanha anti-Pequim morreu antes de sequer começar. A contundente resposta do governo chinês, que contrariou as tarifas estado-unidenses com um aumento correspondente das tarifas às importações dos EUA, e o bloqueio das exportações ao mercado estado-unidense de terras raras e outros minerais imprescindíveis para os setores tecnologicamente mais avançados da sua indústria, convenceu Trump e os seus assessores que não tinham as forças necessárias para sustentar um ataque frontal contra o seu grande inimigo. Basta lembrar que nos momentos em que estes planos foram colocados em prática, a bolsa de Wall Street sofreu uma descapitalização de mais de três biliões de dólares e as grandes empresas tecnológicas, bastiões públicos da agenda de Trump, mostravam abertamente as suas críticas aos planos do presidente.

Mas os EUA não só fracassaram na sua ofensiva comercial. A guerra da Ucrânia demonstrou as limitações do poder militar conjunto dos EUA e dos seus aliados europeus, e a impotência da política de sanções contra a Rússia. A classe dominante estado-unidense sacou as devidas conclusões destas realidades e modulou a sua estratégia.

Um setor dos estrategistas estado-unidenses pensa seriamente que as forças de que carecem para afrontar com sucesso o desafio chinês podem ser obtidas extorquindo sem piedade os seus próprios aliados. Primeiro dirigiu a sua artilharia comercial contra o Canadá e o México, para depois continuar com a Coreia do Sul, Japão e outros países asiáticos e latinoamericanos.

Nesta ofensiva destaca-se especialmente o duro castigo de Trump ao Brasil e à Índia, a quem impôs tarifas de 50%. No caso do Brasil a represália é diretamente políti-

ca. O objetivo declarado de Trump é conseguir a exoneração de Bolsonaro das acusações judiciais pela sua tentativa de golpe de Estado contra Lula.

No caso da Índia, o presidente estado-unidense alega que é a resposta às compras de petróleo russo e que ajudaram Putin a evitar as consequências das sanções ocidentais. Mas a verdadeira razão desta pressão económica é empurrar o regime de Modi a abandonar o seu jogo de se equilibrar entre EUA e China e forçar que se posicione claramente do lado de Washington.

Apesar das rivalidades políticas e militares que China e Índia mantiveram no passado, a realidade económica acaba por impor-se e os seus vínculos foram-se estreitando nos últimos anos de forma notável. Modi, com um programa neoliberal e reacionário, há anos que tenta manter um equilíbrio instável entre a China e os EUA, obtendo vantagens de ambas as partes, mas parece que Trump não está disposto a tolerar esta ambiguidade por mais tempo.

Sem dúvida, Trump corre o risco de empurrar um amplo setor da burguesia india para a órbita da China, mas a decadência da hegemonia estado-unidense obriga os seus governantes a tomar medidas extremas.

Isto é o que acontece atualmente com a União Europeia. A primeira bofetada de Trump aos dirigentes europeus foi com a sua viragem drástica na política ucraniana. Enquanto Biden gastou centenas de milhões de dólares numa ofensiva militar condenada ao fracasso desde o início, Trump decidiu que não só não iria gastar nem um dólar a mais, mas que iria ainda recuperar o que gastou à custa dos orçamentos públicos dos países europeus. Daí a imposição de uma política de rearmamento na Europa que aumentará os lucros das empresas de armamento estado-unidenses, e a sua aceitação nada

desinteressada para garantir a segurança da Ucrânia num cenário previsível de paz com a Rússia, mas garantindo que a fatura seja paga pela Europa.

Um acordo comercial que beneficia os grandes monopólios dos EUA

O acordo comercial aceite pela UE consiste em três grandes seções. A primeira refere-se às trocas comerciais dos países da UE com os EUA, e a sua principal característica é a sua assimetria brutal.

A UE concorda que os EUA imponham uma tarifa de 15% (mais 10% que a imposta anteriormente) sobre todas as suas exportações, exceto aos bens que Washington declarou isentos de impostos por enquanto, e outros produtos como o aço e o alumínio que enfrentarão tarifas de até 50%.

Os bens isentos de impostos estão longe de ser uma concessão benéfica dos EUA aos seus súditos europeus. Se algumas exportações (aeronaves e seus componentes, determinados produtos químicos e recursos naturais, equipamentos para fabricação de semicondutores e determinados medicamentos genéricos) não terão taxas, é por causa das consequências negativas que a sua imposição teria neste momento para a economia estado-unidense. Mas Trump reserva-se ao direito, quando convenha às empresas estado-unidenses, de revisar e anular estas isenções, criando assim um clima de incerteza que contribuirá para o êxito da terceira seção do acordo: o aumento drástico do investimento empresarial europeu nos EUA.

A UE também se compromete a eliminar os impostos sobre as importações de produtos industriais estado-unidenses e a suavizar todo tipo de regulamentações, entre elas as normas fitossanitárias que se aplicam aos alimentos (relacionadas a agroquímicos), que continuarão para a produção europeia.

A segunda seção do acordo é o compro-

misso europeu de adquirir gás natural liquefeito (GNL), petróleo e produtos energéticos nucleares dos Estados Unidos pelo valor de 750.000 milhões de dólares nos próximos três anos, e de chips de IA pelo valor de 40.000 milhões de euros.

As compras da UE aos EUA alcançaram os 83.000 milhões de dólares em 2024 neste setor. Aumentá-las até aos 250.000 milhões em 2025 é completamente impossível, como apontaram vários economistas, mas o importante não é o número exato; o fundamental é que a UE renuncia à procura de fornecedores alternativos de energia, amarrando-se à indústria estado-unidense de hidrocarbonetos, e garantindo aos grandes monopólios e fundos de investimentos dos EUA lucros formidáveis.

Esta dependência estratégica encontrou no mercado de GNL o seu maior expoente.

Os EUA passaram, em apenas dez anos, de ser um produtor quase irrelevante de GNL ao maior do mundo recorrendo à técnica de fraturação hidráulica (fracking), e Trump decidiu aumentar a capacidade de produção em 60%. Basta destacar dois dados para entender a importância que adquiriu o setor na economia estado-unidense: entre 2008 e 2024 a produção de GNL aumentou de 550 mil milhões de metros cúbicos para mais de um bilião, e já supre 41% da eletricidade estado-unidense.

A submissão europeia ao imperialismo estado-unidense deu um salto qualitativo com a guerra da Ucrânia. Eliminada a Rússia como fornecedor de gás para a Europa e especialmente para a Alemanha, as compras aos EUA alcançaram os 61.000 milhões de metros cúbicos em 2024 e representam já a metade das importações europeias de GNL. Este facto sublinha a importância da estratégia empreendida: os EUA desfrutam atualmente da primazia como potência exportadora mundial de GNL (22% do total), um avanço espetacular se tivermos em

conta que em 2016 não exportava esta matéria prima e em 2019 estava em terceiro lugar, longe dos níveis de mercado do Qatar e Austrália.

Este negócio fabuloso também enche os bolsos da plutocracia europeia, das suas grandes empresas de gás, das companhias de transporte marítimo e das comercializadoras de matérias-primas, dos bancos e fundos de investimento que estão a fazer fortunas.

Por último, e para esclarecer qualquer dúvida sobre o que Trump pretende, a terceira seção do acordo comercial com a UE refere-se ao compromisso de que as empresas e entidades financeiras europeias investirão outros 600.000 milhões de dólares adicionais aos planos de investimento já previstos até 2029.

Atualmente, os investimentos da UE nos EUA ascendem a 2,4 biliões de dólares, que equivalem a cerca de 14% do PIB anual conjunto dos países da UE. Aumentar em pouco mais de três anos este enorme volume de investimento em 24% significará a redução significativa do investimento total, público e privado, no território europeu.

As primeiras avaliações sobre o acordo que foram realizadas por organismos nada suspeitos de simpatias à esquerda, mostram uma visão pouco otimista. A empresa de análise económica Capital Economics antecipa uma queda de 0,5% no PIB europeu, num momento em que a economia da UE há já meses dá sinais de debilidade e estagnação, e quando a economia alemã, que se encontra em recessão desde 2024, retrocedeu em 0,3% no segundo trimestre deste ano, para lá das piores previsões.

Como é possível então que os Governos europeus aceitem este sacrifício sem protestar? A razão são os grandes lucros que o capital financeiro e industrial europeu obtém investindo em território estado-unidense, ou colaborando ativamente com a estratégia de Trump na Europa. A oportunidade dos es-

peculadores europeus de obter uma grande fatia deste desvio colossal dos recursos públicos que financiarão o rearmamento e a compra de energia estado-unidense é uma razão poderosa para a vassalagem política.

Por isso os governos europeus, com a Alemanha à cabeça, declaram abertamente que “o Estado social já não é sustentável financeiramente” e se preparam para executar uma nova onda de cortes sociais, privatizações e reduções de salários reais ainda mais drásticos do que aqueles que seguiram à crise de 2008. O aumento da intensidade da repressão contra os protestos sociais, com o governo do “trabalhista” Starmer à cabeça, e a ascenção generalizada das formações de extrema-direita, são um aviso de que a classe dominante europeia está a tomar medidas muito sérias para um grande confronto com a classe trabalhadora e os setores populares.

Entender as novas contradições que se estão a formar entre os aliados transatlânticos, as forças motrizes que empurram Trump e o imperialismo estado-unidense a esta estratégia agressiva, a debilidade estrutural da Europa neste novo cenário mundial, e defender um programa socialista e internacionalista que combata qualquer abordagem nacionalista, é chave para responder à ofensiva global do capital.

O turbilhão da luta de classes coloca desafios históricos às forças revolucionárias. Mas para intervir com coerência nos acontecimentos é necessário estudar e compreender as perspectivas políticas e económicas, as suas viragens bruscas, e as tendências fundamentais que as determinam.



Bonapartismo e totalitarismo nos Estados Unidos.

CARACTERÍSTICAS DA DECADÊNCIA IMPERIAL

Marina Mata - Comissão Executiva da Izquierda Revolucionaria

Após sete meses de administração Trump 2.0, a questão de se o presidente dos EUA era um outsider do sistema ficou resolvida. Contando com o apoio absoluto do Partido Republicano, baseando-se no controle do Congresso, do Senado e do Supremo Tribunal, com o apoio fanático dos grandes multimilionários do Silicon Valley, Trump converteu-se num instrumento crucial para um amplo setor da classe dominante estado-unidense que procura aumentar a sua taxa de lucros e recuperar a iniciativa na luta pela hegemonia.

O líder da extrema-direita global não hesita em atuar nos limites da legalidade burguesa e, quando necessário, superá-los. Trump recorre constantemente a medidas bonapartistas para levar a cabo o seu programa, à base de diretrizes e decretos presidenciais, e apoiando-se em leis repressivas, velhas ou criadas ad hoc. Com todo este arsenal está a fortalecer um aparato policial e militar que mobiliza para semear o terror e romper a resistência popular de numerosas cidades aos seus planos.

"One Big Beautiful Bill". Um grande e belo orçamento... repressivo e de cortes sociais!

A sua agressividade no plano internacional corresponde à forma de conduzir a gestão dos assuntos domésticos. Com a amnistia a todos os membros de extrema-direita condenados pela invasão do Capitólio de 2021 e os 170 decretos assinados até 18 de julho, Trump leva a cabo uma guerra sem tréguas contra os imigrantes, ativistas, trabalhadores e pobres dos EUA.

A lista de medidas é tão ampla que é difícil enumerá-la neste espaço. Desde a perseguição política das universidades e a prisão e tentativa de deportação de ativistas que demonstraram solidariedade com o povo palestino; passando pela depuração e intervenção de departamentos federais, altos

cargos do Governo e os cortes nos orçamentos; até, pelo que representa, a mobilização da Guarda Nacional em Los Angeles, Washington DC, e previsivelmente em Chicago, que complementam a sua caça aos imigrantes e o fortalecimento do ICE (Serviço de Imigração e Alfândega).

Outro pilar da sua estratégia ficou claro na sua nova reforma orçamental, aprovada pela maioria da Câmara de Representantes no mês de julho. Com esta lei estabelece benefícios fiscais permanentes pelo valor de 3,8 bilhões de dólares, que favorecem esmagadoramente as grandes empresas, bancos, fundos de investimento e os super ricos. Paralelamente, a lei corta 930.000 milhões de dólares do Medicaid e 285.000 milhões da assistência alimentar. Segundo dados do Gabinete de Orçamento do Congresso, isto suporá que 11,8 milhões de pessoas perderão cobertura médica, e quase 11 milhões, incluindo 4 milhões de crianças, poderiam perder o acesso à ajuda alimentar.

Por outro lado, assenta as bases para o maior orçamento de defesa do mundo, já que inclui 170.000 milhões de dólares a mais para a chamada "segurança migratória", e uma rubrica extra de 150.000 milhões em despesas militares para este ano, em cima do orçamento de quase um bilião de dólares que se havia aprovado anteriormente para o Pentágono.

Militarizar as ruas e semear o pânico entre a população imigrante

A polícia do ICE converteu-se numa força paramilitar composta, em grande parte, por elementos abertamente fascistas. Agem impunemente pelas ruas dos EUA perseguindo indiscriminadamente a qualquer pessoa imigrante, que detêm violentamente para as levar a prisões e campos de concentração de onde são deportadas.

Trump quer continuar a fortalecer o seu braço armado e com o apoio de 76.500 milhões de dólares em novos fundos aprovados pelo Congresso (quase dez vezes o seu orçamento anual anterior) pretende continuar a

ampliar este exército particular de fanáticos de extrema-direita com a contratação de 10.000 novos agentes.

Também facilitou o acesso de dados pessoais de 79 milhões de beneficiários do Medicaid ao ICE, através dos quais poderão localizar e deportar imigrantes. Para além disso, solicitou ao Supremo Tribunal a suspensão da ordem de um juiz da Califórnia que proibia as detenções baseadas em fatores como falar espanhol ou trabalhar na construção.

No entanto o ataque de Trump aos imigrantes choca com um limite: o facto da comunidade imigrante ser parte da coluna vertebral da economia estado-unidense, com 90% da força laboral agrícola, 30% da construção, etc. Por isso, apesar dos desejos de Trump de deportar 15 milhões de imigrantes, não poderá fazê-lo. Os esforços para fortalecer o ICE correspondem também a um objetivo de primeira ordem: dividir a classe trabalhadora em linhas raciais, e justificar a ideia de que os baixos salários e a perda de direitos laborais são também culpa dos imigrantes. A desumanização dos nossos irmãos e irmãs de classe é fundamental para que toda esta demagogia mesquinha possa cumprir a sua função política.

Trump enviou ainda milhares de fuzileiros navais, militares e guardas nacionais a Los Angeles para conter as mobilizações massivas que se organizaram em junho contra as detenções massivas de imigrantes. Trump militarizou as ruas da Califórnia para sufocar as manifestações multitudinárias, mas o efeito que conseguiu foi o oposto: a 14 de julho, milhões de pessoas saíram às ruas em mais de 200 cidades de todo o país.

A aposta de Trump é alta, e não vai ser facilmente dissuadido. No passado 11 de agosto assinou uma nova ordem executiva para mobilizar a Guarda Nacional em Washington D.C. e pôr a polícia local da capital sob as suas ordens diretas, como parte de um plano para "libertar" a cidade de pessoas sem abrigo e da delinquência.

Da sua parte, os representantes do Partido Democrata continuam a limitar-se a responder com declarações retóricas e confian-

do na via judicial para frear estas agressões. Estão a demonstrar que são parte do problema e não da solução. O Governador Democrata da Califórnia enviou a polícia do Estado, em coordenação com a Guarda Nacional e a Highway Patrol, para reprimir duramente o movimento anti-racista que se levantou contra o ICE, com o resultado de 70 pessoas feridas.

Estamos a falar de uma formação política histórica da burguesia estado-unidense com um longo histórico de agressões à classe trabalhadora, de privatizações massivas, medidas fiscais a favor dos ricos, intervenções militares e apoio ao genocídio sionista sob a Administração de Biden.

Primeiro vieram atrás dos imigrantes, a seguir, de toda a classe trabalhadora e a juventude

"Membros do Congresso e até ex-Presidentes têm abraçado abertamente credos vis como o socialismo, o marxismo e o comunismo puro."

Estas declarações de Trump deixam claro que ele quer acabar, custe o que custar, com a esquerda, o comunismo, os protestos, a imigração, aqueles que construiram o Black Lives Matter, as mulheres que responderam nas ruas à sua eleição como presidente, as pessoas sem-abrigo e com o conjunto da classe trabalhadora e da juventude. E não está sozinho nessa guerra. Conta com um sector cada vez mais amplo da classe dominante estado-unidense e internacional, assim como com a admiração e o apoio dos partidos e elementos da extrema-direita de todo o mundo.

Por isso, a resposta e a solidariedade de classe com a qual se tem respondido a Trump é tão valiosa. Por um lado, nos bairros de classe trabalhadora, onde se organizaram milhares de pessoas para protestar as investidas racistas, ajudar os imigrantes perseguidos e identificar e denunciar os membros do ICE que tentam levar detidos os vizinhos. Por outro, com as mobilizações de milhões nas ruas.

Ainda sem uma direção revolucionária à frente, sem uma organização que canalize toda essa força e toda essa raiva, a recusa de milhões de jovens, de trabalhadores e trabalhadoras estado-unidenses e imigrantes, em sucumbir sob o jugo trumpista mostra todo o potencial para varrer este reacionário e as suas políticas.



Lê o artigo completo em
esquerdarevolucionara.net





MAIS DE SETE MILHÕES NOS PROTESTOS NO KINGS

Víctor Taibo – Comissão Executiva Izquierda Revolucionaria

A 18 de outubro mais de sete milhões de pessoas ocuparam as ruas de 2.700 cidades estado-unidenses em protesto contra a deriva autoritária e fascista do governo Trump: 350.000 em Nova Iorque, 300.000 em Chicago, 100.000 em Los Angeles e Boston, 70.000 em Seattle, 50.000 em São Francisco e Portland, bem como milhares e dezenas de milhares em centenas de cidades médias e pequenas por todos os EUA.

Nestes meses, Trump lançou o ICE contra os imigrantes nos bairros de classe trabalhadora das grandes cidades estado-unidenses, convertendo-o no seu batalhão de choque contra a classe trabalhadora e a esquerda, como faziam os nazis com as SS. Impulsionou, com ainda mais vigor se possível, o genocídio em Gaza, apresentando um plano de “paz” farsesco para o culminar e ameaça com novas agressões imperialistas, como vemos agora com a Venezuela. Também aprovou um orçamento que dará milhares de milhões de dólares a Wall Street e aos seus amigos multimilionários, ao mesmo tempo que corta massivamente os já muito depauperados serviços sociais. Agora, ameaça ainda o encerramento do governo, o que já fez com que 900.000 funcionários federais tivessem de tirar licença e que outros 700.000 estejam a trabalhar sem receber.

Mas toda esta ofensiva está a ter uma resposta cada vez mais contundente e radicalizada desde baixo e mediante a ação direta, expulsando o ICE dos bairros através de mobilizações massivas e ocupando as ruas contra o genocídio sionista e em solidariedade com o povo palestiniano. A rebelião contra o trumpismo cresce e radicaliza-se.

É evidente que Trump e os seus aliados, entre os quais se encontram alguns dos magnates mais importantes de Silicon Valley e Wall Street, estabeleceriam, se pudessem, uma ditadura fascista, ilegalizando sindicatos e perseguindo a esquerda e o ativismo social. De facto, já estão a dar passos nesse sentido. Mas, por agora a força da classe trabalhadora e da juventude não o permite.

Os protestos denunciaram o caráter abertamente ditatorial do governo de Trump, fazendo paralelos com o domínio monárquico britânico sobre as colónias. Mas uma parte muito significativa dos participantes não se manifesta apenas contra um indivíduo, contra Trump, ou contra o Partido Republicano, como tentam vender os dirigentes Democratas, mas sim contra todo o sistema, o capitalismo, que condena milhões à miséria, à precariedade, à repressão e ao mais atroz militarismo.

Após os nossos irmãos imigrantes, a mira está na esquerda antifascista

O porta-voz da Câmara dos Representantes, Mike Johnson, numa clara provocação dias antes destes protestos massivos, afirmou que eram protagonizados por “inimigos dos EUA”, colocando na mira o direito a manifestar-se e a própria liberdade de expressão.

O principal objetivo de Trump e do seu governo é a guerra contra o “inimigo interno”, começando pelos imigrantes, mas continuando com todos aqueles que lhe fazem frente, desde o movimento antifascista até ao movimento dos trabalhadores e sindical, o movimento feminista e a esquerda combativa.

A Administração Trump já aprovou uma Ordem Executiva “contra o Terrorismo Doméstico e a Violência Política Organizada”, que visa organizações e indivíduos que tenham atitudes “anticristãs” ou “anticapitalistas”. Aqui vemos a concretização do anúncio de Trump de ilegalizar a Antifa, que a partir de alguns meios de comunicação se considera uma simples ocorrência, mas que constitui uma ameaça muito real.

Estas mobilizações, impulsionadas formalmente pela Plataforma No Kings, agruparam ONGs, organizações de direitos civis e de direitos humanos, e muitas outras associações e coletivos sociais. Também as impulsionaram organizações de esquerda combativas ou sindicatos, especialmente os de trabalhadores públicos perante o encerramento da Administração federal.

Também fazem parte das mesmas o establishment Democrata, entre os quais se encontram o governador da Califórnia ou a presidente da câmara de Los Angeles, que não hesitaram, após criticarem o envio da Guarda Nacional por Trump para Los Angeles, em enviar as suas próprias forças policiais para reprimir os protestos ou estabelecer o recolher obrigatório no centro da cidade. Também não hesitaram 75 congressistas Democratas em aprovar, no passado mês de junho, uma resolução de apoio à política de deportações de Trump, na qual, além disso, se agradecia ao ICE “por proteger a pátria”. E, claro, continuaram a apoiar o Estado genocida de Israel, como já fizeram sob a presidência de Biden.

A realidade é que grande parte dos dirigentes Democratas está completamente desacreditada, incapaz de enfrentar a perigosa ofensiva autoritária do trumpismo. E por isso mesmo precisamos tirar lições sobre o que serve e o que não serve na luta contra Trump e o fascismo.

Para travar Trump e o fascismo, precisamos de uma greve geral!

Esta mobilização ou os levantamentos contra o ICE em cidades e bairros de classe trabalhadora, demonstram a enorme força que conserva o movimento de massas e a classe trabalhadora estado-unidense, e que a batalha contra Trump está muito aberta. Mas é necessário dar passos em frente que nunca serão impulsionados pelo aparelho Democrata, capitalista, corrupto e que assaltou com as suas políticas a vitória de Donald Trump.

A pressão nesse sentido é clara. Nos dias prévios e nas próprias manifestações, a palavra de ordem da greve geral para derrubar o Governo Trump popularizou-se, fazendo eco da mesma o presidente da câmara de Chicago, Brandon Johnson, um dos líderes das bem-sucedidas e duríssimas greves de professores de 2011.

Infelizmente, Bernie Sanders, que falou como um dos oradores principais na manifestação de Washington D.C., e que ainda

conserva autoridade entre amplos setores do movimento, recusou emitir uma única crítica ao Partido Democrata, e limitou-se a assinalar de forma abstrata a necessidade do povo resistir à deriva autoritária de Trump, ao mesmo tempo que chamava os Repubicanos a negociar os orçamentos!

A ameaça do trumpismo não pode ser enfrentada com discursos e apelos genéricos à resistência do povo. Com a sua completa inação, quando não a sua colaboração direta — por exemplo, nas rusgas racistas do ICE —, fortalecem o discurso trumpista. E quando o enfrentam, reduzem a sua batalha a denunciar as medidas de Trump nos tribunais. Uns tribunais, dominados por elementos de extrema-direita, como é o caso do Supremo Tribunal.

A batalha contra o fascismo requer demonstrar a enorme força do movimento da classe trabalhadora. Para isso é preciso levantar, como já se está a fazer desde baixo, a palavra de ordem da greve geral para proteger os nossos irmãos e irmãs imigrantes, para combater a precariedade laboral, para enfrentar os cortes sociais e para travar o militarismo.

Uma greve geral que também coloque na ordem do dia a batalha contra o capitalismo, a expropriação desses grandes monopólios e bancos que estão a encher os bolsos com as políticas criminosas de Trump à custa da miséria e da barbárie de milhões de trabalhadores dentro e fora das fronteiras estado-unidenses.

Precisamos de construir uma alternativa revolucionária que nasça do próprio movimento, de baixo, mediante a ação direta, a luta de massas e que defende consequentemente um programa socialista. A mobilização No Kings, em solidariedade com o povo palestiniano, ou a resistência combativa e massiva contra as rusgas do ICE apontam o caminho. São novos marcos na organização deste movimento, do qual emergirão os dirigentes e as organizações capazes de enfrentar a ameaça fascista e acabar com a barbárie capitalista. Não há tempo a perder!

VOLTAR ÀS RUAS DIA 29 DE NOVEMBRO!

Continuar a mobilização até à rutura de todas as relações com Israel!

Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

No inicio de Outubro, as manifestações pela Palestina e pela libertação dos ativistas da flotilha humanitária ganharam um novo alento por todo o Mundo. Em Itália, houve nova greve geral. No Estado espanhol, houve greve estudantil convocada pelo Sindicato de Estudiantes e outras manifestações. Em Amesterdão, 250 mil pessoas encheram o centro da cidade. Em Berlim, Cidade do México, Londres e um grande etc. um pouco por todo o Mundo. Fomos milhões a exigir aos nossos governos o fim do genocídio na Palestina, a libertação dos ativistas sequestrados e o corte de todas as relações com o Estado sionista.

Portugal não foi excepção: assim que se obteve confirmação do sequestro dos quatro portugueses envolvidos na flotilha, foram convocadas manifestações em mais de 20 cidades por todo o País para o dia seguinte, 2 de outubro.

O movimento aumenta a combatividade

Em Lisboa, mais de um milhar de pessoas gritaram durante 3 horas em frente à embaixada de Israel. A concentração contou com várias personalidades da esquerda reformista que foram tentando, em vão, que os seus discursos fossem aceites pelo público. Mas os jovens e trabalhadores mais radicalizados interromperam-nos várias vezes, entoando palavras de ordem contra Israel e a favor de uma “Greve geral em todo o Portugal!”. Após as três horas, várias centenas de jovens saíram em manifestação espontânea desde o Saldanha até à Baixa, procur-

rando, com sucesso, fazer-se ouvir durante o debate das autárquicas por Lisboa, que decorria na Rua Augusta.

No Porto, a manifestação foi ainda mais massiva. Mais de três mil pessoas encheram a praça D. João I e, devido ao número de pessoas, rapidamente transbordaram para o meio da estrada. Durante mais de 3 horas o cruzamento que alimenta a Avenida dos Aliados e a Rua Sá da Bandeira esteve completamente bloqueado por esta maré humana! A polícia foi completamente impotente. Já depois das 23h, um grupo menor de jovens procurou efetuar outros bloqueios que foram atacados por dois homens e em seguida pela polícia, tendo uma jovem sido agredida por um polícia e transportada para o hospital.

Foi notória a raiva de todos, mas em particular da juventude, não apenas contra o Estado genocida de Israel, mas igualmente contra todos os governos ocidentais que são cúmplices e, em especial, contra o governo da AD. Os trabalhadores e a juventude estão fartos de discursos bonitos para nos enganar e de nenhuma ação. Outra das ideias muito presente nestas manifestações é que, uma vez que os governos nada fazem, temos de ser nós a fazer. E os métodos para o fazer são precisamente os métodos da classe trabalhadora: as manifestações de massas, os bloqueios e a greve geral.

De notar ainda que, perante a combatividade e a desobediência civil operada na noite de dia 2, a cobertura mediática foi quase nula. A manifestação espontânea em Lisboa não teve qualquer cobertura mediática da comunicação social burguesa. E as notícias e reportagens sobre o Porto ficaram a anos-luz de mostrar a verdadeira amplitude e força da manifestação. Enquanto is-

to, os comentadores do costume ao serviço dos sionistas vomitavam as suas mentiras e demagogia em direto.

Grande manifestação

Apenas dois dias depois, no sábado, dia 4, a baixa lisboeta voltou a encher com muitos milhares de trabalhadores e jovens que durante 2 horas gritaram palavras de ordem sem parar. Superámos o movimento de dia 2 e o ambiente fervia com a nossa raiva contra o genocídio palestiniano e as torturas aos ativistas da flotilha.

Esta raiva explica-se por um acumular de fatores. Os dois anos de genocídio em Gaza, toda a mentira e hipocrisia dos regimes ocidentais, a cumplicidade dos regimes árabes, russo e chinês que se recusam a quebrar relações comerciais e diplomáticas com o Estado sionista, a criminalização da resistência palestina e de movimentos que protestam contra o genocídio — o Palestine Action no Reino Unido e o Samidoun na Alemanha — e o mais recente sequestro e tortura aos ativistas da flotilha humanitária.

A luta contra o genocídio na Palestina mostrou, a muitos milhares de trabalhadores e jovens, a verdadeira face das ditas democracias ocidentais que preferem manter os seus negócios ao invés de fazerem algo de concreto para parar a matança de mais de 300 mil palestinianos, segundo estimativas.

Aos gritos de “Israel é um Estado assassino! E viva a luta do povo palestino” ou “Do rio até ao mar, Palestina vencerá!” a vontade dos manifestantes era a de continuar, de fazer algo mais. Infelizmente, as organizações promotoras falharam em apresentar um plano de acção mobilizador e que deveria ter sido apresentado naquela hora.

Após o fim da manifestação principal, várias centenas de jovens dirigiram-se à estação ferroviária do Rossio e bloquearam-na durante mais de 1 hora. Um dos jovens foi eletrocutado por uma catenária e transportado para o hospital. A Esquerda Revolucionária solidariza-se com este companheiro e deseja-lhe as melhoras rápidas.

Construir a greve geral

Entretanto, graças ao movimento de solidariedade internacional, os ativistas da flotilha raptados por Israel regressaram aos seus países. Mas o genocídio não parou e o “plano de paz” de Trump significa a submissão total dos palestinianos e a continuação da ocupação e da opressão.

Existe muita vontade e determinação para ocupar as ruas e é necessário canalizar esta energia com os métodos da classe trabalhadora e em crescendo. Temos de dar um passo em frente.

A CGTP e a UGT avançaram para a convocatória de uma greve geral para 11 de dezembro focada no pacote laboral, mas é necessário que incluam igualmente a exigência do governo, instituições e empresas portuguesas cortarem imediatamente todas as relações com o Estado genocida de Israel: relações comerciais, diplomáticas, académicas e culturais.

Historicamente foram os movimentos e as greves de massas que conseguiram arrancar vitórias à classe dominante. Precisamos de um grande movimento internacional da classe trabalhadora que afirme de forma clara aos capitalistas que vamos parar tudo enquanto o genocídio continuar.



Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco para as forças do comunismo revolucionário!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[@EsqRevPT](https://www.instagram.com/@EsqRevPT) • [@LivCombat](https://www.facebook.com/@LivCombat) • [@SindEstud](https://www.twitter.com/@SindEstud)

